



Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Salvador, 04 de dezembro de 2025.

Ao Banco Central do Brasil.

Esta carta de apresentação é fornecida em conexão com o atendimento ao art. 45º da Resolução Bacen nº 2/2020, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional. Este documento reporta as demonstrações contábeis da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia”), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, que representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia, o resultado de suas operações, o resultado abrangente, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para tanto, está sendo divulgado juntamente com essa carta:

- Relatório da Administração;
- Relatório da Auditoria Independente;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Parecer do Conselho Fiscal

A alta administração reconhece sua responsabilidade pela apresentação adequada das informações contidas neste documento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis do 1º semestre de 2025 foram divulgadas no dia 04 de dezembro de 2025 no sítio eletrônico da Desenbahia /(www.desenbahia.ba.gov.br/desenbahia/transparencia/demonstrativos-financeiros/2025)

Atenciosamente,

Fábio Serravalle Franco
Diretor de Administração e Finanças

Vitor César Lopes
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcelo Borges Weckerle
Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôres
Chefe da Unidade de Controle Contábil
CRC -Ba 24.277/O-0

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre - 2025



Desenbahia



Agência de Fomento do
Estado da Bahia S.A.



SUMÁRIO

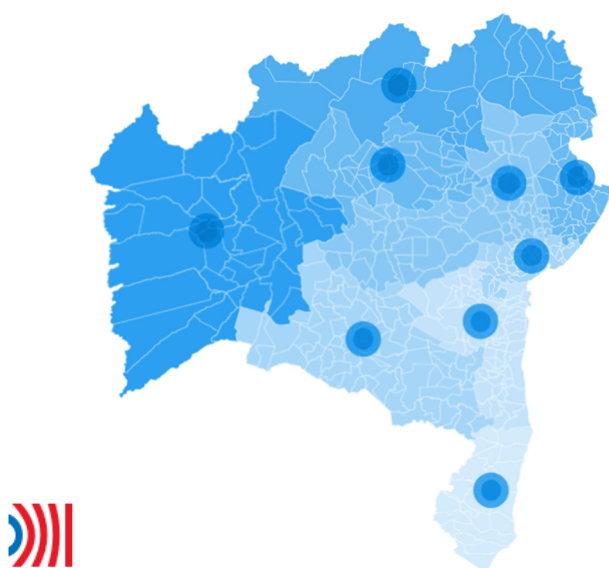
A DESENBHIA.....	3
INDICADORES RELEVANTES.....	4
MENSAGEM DA DIRETORIA	4
I. ATUAÇÃO	7
I.1 PÚBLICO ALVO	7
I.2 TEMAS ESTRATÉGICOS E FONTES DE RECURSOS	7
II. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	8
II.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO	8
II.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA	10
II.3 INFOGRÁFICOS	11
II.4 GESTÃO DE FUNDOS	14
III. DESEMPENHO FINANCEIRO	16
IV. DESTAQUES E FATOS RELEVANTES.....	18
ADMINISTRAÇÃO EM 30/06/2025	24

A Desenbahia

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi constituída a partir da transformação do Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em Agência de Fomento, em 2001, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Criada como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central do Brasil e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamentos de capital fixo e de giro, assim como a prestação de garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Com sede no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito gerências de desenvolvimento, sendo uma alocada em Salvador para atender à Região Metropolitana de Salvador (RMS), e sete alocadas fora da capital, de modo a atender a totalidade dos municípios baianos. Encontram-se distribuídas nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Teixeira de Freitas, Juazeiro e Vitória da Conquista.



Indicadores Relevantes

Em 30/06/2025:



Mensagem da Diretoria

A administração da Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta o Relatório de Administração referente 1º semestre de 2025. Este relatório está acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente.

Os seis meses iniciais de 2025 foram marcados por um ambiente econômico desafiador, refletindo os efeitos de uma política monetária mais restritiva e de uma conjuntura fiscal e externa mais incerta. Em resposta à inflação persistente acima da meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu sucessivos aumentos na taxa Selic, que alcançou 15,0% ao ano ao final de junho — o maior nível desde 2006. Em contraste, no mesmo período de 2024, a Selic estava em 10,5% ao ano, com expectativa predominante de cortes naquele momento. Os juros em patamar elevado impactaram diretamente a demanda por crédito, principalmente para investimentos, de instituições financeiras e de fomento, tal como a Desenhahia.

A inflação, medida pelo IPCA, de 5,35% em 12 meses até junho de 2025, superou o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (4,5%). No primeiro semestre de 2024, o índice havia se mantido mais controlado, em torno de 3,4%, reforçando a percepção de desancoragem recente das expectativas inflacionárias.

Apesar do ambiente de juros elevados e da inflação pressionada, o mercado de trabalho manteve trajetória positiva. A taxa de desemprego no 2º trimestre recuou para 5,8%, o menor nível já registrado na série histórica desde 2012. No mesmo período de 2024, a taxa média de desemprego era de 6,6%, também em trajetória descendente.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro expos sinais de desaceleração, porém ainda apresentando crescimento, alcançando 16 trimestres seguidos de alta (maior nível da série histórica iniciada em 1996). Após um crescimento robusto de 3,6% em 2024, o PIB avançou 2,2% no 1º semestre de 2025. Tal arrefecimento é influenciado principalmente pelos efeitos da política monetária mais restritiva, e pela redução dos estímulos fiscais em relação ao ano anterior.

Adicionalmente, o cenário fiscal e o ambiente externo adicionaram incertezas ao desempenho econômico. A elevada dívida pública, em torno de 80% do PIB, e os sinais de tensões comerciais com os Estados Unidos — com ameaças de aplicação de tarifas sobre produtos brasileiros — contribuíram para volatilidade nos mercados e pressão sobre o câmbio e os preços domésticos.

Em síntese, o primeiro semestre de 2025 configurou-se como um período de transição, com desaceleração do crescimento, inflação ainda pressionada e manutenção de um mercado de trabalho aquecido. O Banco Central sinalizou possível estabilidade na taxa Selic nos próximos trimestres, aguardando os efeitos cumulativos das medidas já implementadas. Para o segundo semestre, a trajetória da inflação, a evolução do cenário fiscal e os desdobramentos externos serão determinantes para a consolidação de um ciclo de equilíbrio econômico mais sustentável.

No cenário estadual, o semestre posicionou a Bahia como um dos estados com melhor desempenho econômico do Nordeste. O crescimento de 2,7% no Produto Interno Bruto (PIB) baiano no 1º semestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, aliado à modernização da indústria, fortalecimento do agronegócio e à expansão do turismo e dos serviços, compõe um quadro positivo de desenvolvimento. A criação de novos empregos formais reforça o impacto social da retomada econômica.

Na esfera estadual, os setores de atividades da economia baiana de maior relevância demonstraram avanços conforme dados disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI):

- i. **Agropecuária:** registrou avanço expressivo de 8,9% no 1º semestre de 2025 ante o mesmo período do ano anterior, impulsionado pela produção de grãos, consolidando a Bahia como protagonista no agronegócio regional;
- ii. **Indústria:** cresceu 2,8% no comparativo entre semestres, destacando-se o setor de transformação (+3,1%) e a construção civil (+4,1%), especialmente na infraestrutura urbana e industrial;
- iii. **Serviços:** responsável por parte majoritária do PIB estadual, registrou crescimento de 1,4%, puxado pelo fortalecimento de segmentos como transporte e atividade imobiliária.

A Desenhahia manteve-se fiel à sua Missão de *‘viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana’*, e, para tanto, concentrou-se nos seus principais objetivos: apoiar empreendimentos na Bahia por meio da concessão de crédito, administrar fundos e prestar serviços de agenciamento financeiro. O semestre foi focado na expansão da concessão de crédito para micro, pequenas e médias empresas, bem como aos municípios do estado da Bahia, alinhado ao planejamento estratégico vigente da Agência.

Foram liberados R\$ 79,83 milhões na carteira Desenhahia, e adicionalmente, R\$ 55,11 milhões através da carteira Fundese gerida pela Agência. No comparativo entre períodos (2024-2025) a carteira de crédito cresceu de R\$ 725 milhões para R\$ 776 milhões, e foi auferido lucro líquido de R\$ 45,06 milhões no semestre.

No que tange ao atendimento ao cliente, investimentos e melhorias em sistemas foram realizados para simplificar o processo de concessão de crédito e melhorar a experiência do usuário com a instituição.

Nas próximas seções deste documento, serão detalhados os resultados obtidos, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o semestre.

Agradecemos ao governador Jerônimo Rodrigues, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria pela confiança no nosso trabalho, assim como pelo apoio e contribuições. Aproveitamos o ensejo para encaminhar aos colaboradores nosso reconhecimento pela dedicação e eficiência.

I. Atuação

I.1 Público-alvo

Considerando o papel da instituição de agente de fomento do Estado, e na execução de políticas públicas espelhadas em sua visão e missão, o público-alvo da Desenhahia são as micro, pequenas, médias empresas, assim como os municípios do estado da Bahia.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Agência a prestação de serviços de consultoria em projetos estratégicos do Estado, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de Bahia.

I.2 Temas Estratégicos e Fontes de Recursos

A carteira de crédito da Desenhahia concentra-se em linhas de financiamento tanto de curto, como também de médio e longo prazo, voltadas para o desenvolvimento sustentável e o fomento da produtividade da economia baiana. A Agência dispõe de linhas de crédito, utilizando diferentes fontes de recursos que se adequam à demanda dos clientes, com juros, prazos e demais condições aderentes à atuação de uma agência de fomento



A Desenhahia possui parcerias estratégicas com fornecedores de recursos controlados, operando com importantes parceiros, além de utilizar recursos próprios na concessão de crédito. A seguir, apresentamos a lista das fontes utilizadas, classificadas conforme sua origem:

- **BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- **Finep** – Financiadora de Estudos e Projetos;
- **Fungetur** – Fundo Geral de Turismo;
- **Funcafé** – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira;
- **Recursos Próprios.**

II. Desempenho Operacional

II.1 Concessão de Crédito

No 1º semestre de 2025, houve liberações de crédito de R\$ 79,83 milhões referente à carteira Desenhahia sendo: R\$ 70,11 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 87,84% do total; e R\$ 9,71 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame, ou 12,16%. Será percebido nos gráficos comparativos com o mesmo período de 2024, uma queda nos valores totais de liberação. Tal queda é correlata ao período de retração de demanda por crédito, decorrente do elevado nível da taxa básica de juros no período.

Em termos quantitativos, foram 1,5 mil concessões de crédito no período, sendo o percentual mais significativo o relativo às operações de microcrédito do programa CrediBahia, utilizando recursos próprios, que alcançaram 1,19 mil liberações. Quanto aos números totais de clientes ativos da carteira de crédito, o período foi encerrado com 6.164 clientes ativos vinculados a carteira Desenhahia.

Quanto a critérios de análise da carteira Desenhahia, relativos à distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$ 69,14 milhões, absorveu 86,61% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 10,68 milhões, ou seja 13,39% do total, destinada ao segmento da administração pública – financiamento a municípios. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de quatorze municípios baianos.

No segmento privado, o setor conjunto de Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, sendo direcionado R\$ 39,06 milhões em liberações, representando 48,94% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 20,21 milhões (25,33% do total) e a Indústria, R\$ 9,85 milhões (12,34%).

A Desenhahia priorizou suas ações para as operações de micro, pequenos e médios empreendedores. Para essa categoria (MPMEs), foram concedidos R\$ 43,42 milhões (equivalente a 54,39% das liberações totais do exercício). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 11,74 milhões, em 1,19 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre pequeno-médio porte rurais, foram direcionados R\$ 2,93 milhões, ou 3,68% das liberações, enquanto os empreendimentos de grande porte de natureza rural receberam R\$ 16,78 milhões, ou 21,02% do total liberado. Os empreendimentos de grande porte não rurais se beneficiaram com liberações de R\$ 6 milhões (7,52% do total). Os desembolsos para o setor público (municípios) de todos os portes (micro, pequeno e grande porte) totalizaram R\$ 10,68 milhões (13,39% do total).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 91,88% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 8,12%. Esta estatística alinha-se com a orientação do Governo do Estado e seu respectivo plano de governo de interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente.

Destaca-se ainda como ações que contribuíram para o desempenho operacional no período, a manutenção do Programa de Fidelização da Desenhahia, tanto de clientes ativos como de inativos, trabalhando de forma efetiva a carteira de empresas com relacionamento prévio com a Desenhahia, com intuito de obterem de forma mais ágil o capital necessário para potencialização de suas operações.

11.2 Recuperação de Crédito e Inadimplência

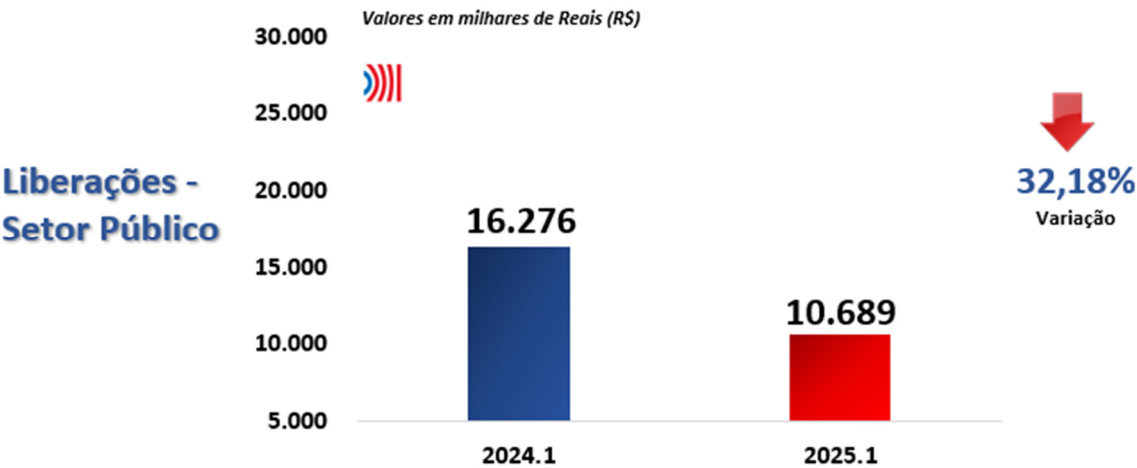
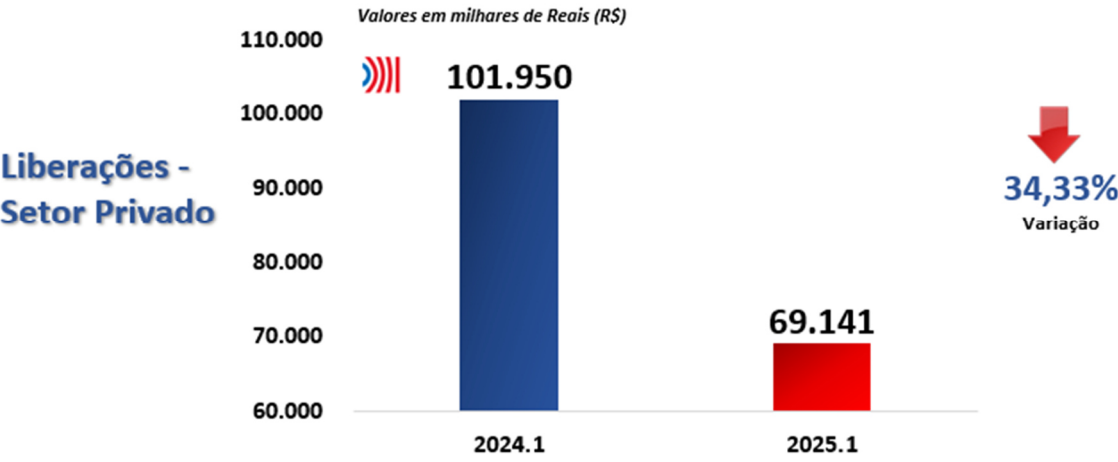
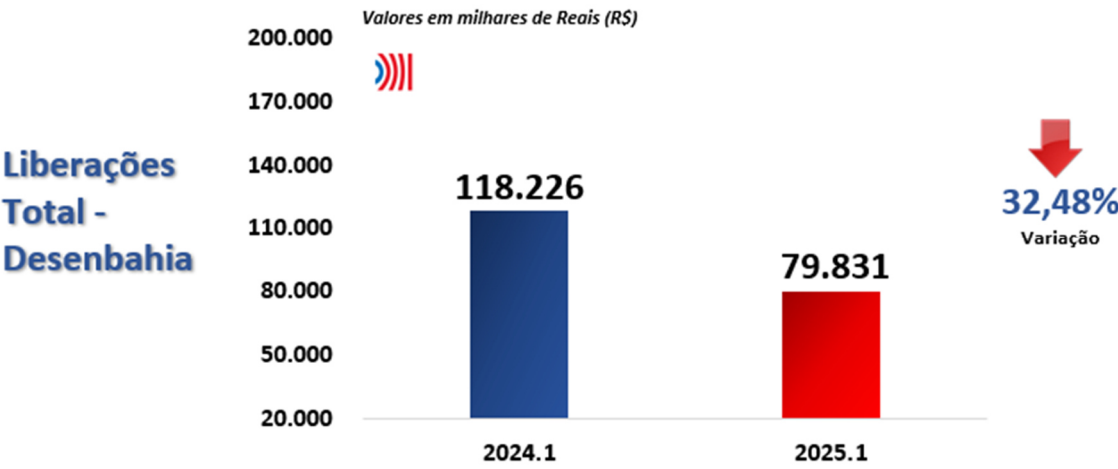
Houve piora no âmbito de endividamento no período de análise do relatório, tanto para pessoas físicas como para empresas, aliado ao aumento dos pedidos de recuperação judicial diante da deterioração do crédito e da continuidade dos juros elevados. A inadimplência total no Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou 3,6% das operações, segundo dados do Banco Central na posição de junho/25. Este patamar de inadimplência é o mais elevado na série histórica do SFN desde outubro/2017. Os pequenos negócios são os mais afetados: 6,9 milhões das empresas inadimplentes em março de 2025 eram de micro, pequeno e médio porte, totalizando cerca de R\$ 146,2 bilhões, segundo dados públicos. O setor de serviços lidera essa conjuntura, com 52,8% dos negócios inadimplentes, seguido pelo comércio, com 35%.

Como resultado das renegociações realizadas no 1º semestre de 2025, em termos quantitativos, foram renegociados 220 contratos (exceto contratos vinculados ao CrediBahia). Na carteira Desenbahia: 83 contratos, sendo 52 liquidados por renegociação e 31 repactuados com novas condições de pagamento; na carteira Fundese: 137 contratos, sendo 42 liquidados por renegociação e 95 repactuados com novas condições de pagamento.

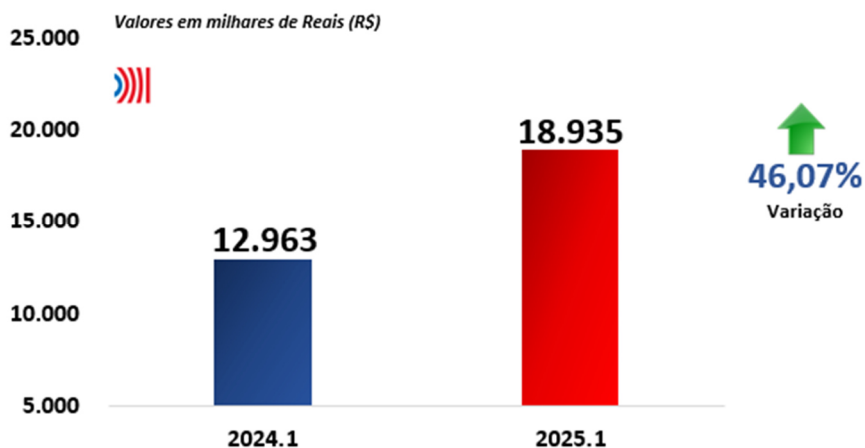
Na análise comparativa do indicador de inadimplência, observa-se acréscimo nos índices apresentados, quando confrontado com os resultados de 2024. A carteira Desenbahia encerrou com índice de 5,62% e a carteira Fundese com 4,58%. No 1º semestre de 2024 as carteiras fecharam com índices de 2,10% e 1,72%, respectivamente. O aumento acentuado na curva de inadimplência é correlato a piora no cenário macroeconômico, sendo percebido pelas demais instituições do SFN, conforme supramencionado no início do item.

No semestre, na carteira Desenbahia as receitas de recuperação e reativação totalizaram R\$ 17,44 milhões, enquanto a carteira Fundese apresentou resultado de R\$ 2,69 milhões. Em 2024, no 1º semestre as receitas totalizaram R\$ 11,04 milhões vinculado a carteira Desenbahia, e R\$ 1,24 milhões na carteira Fundese.

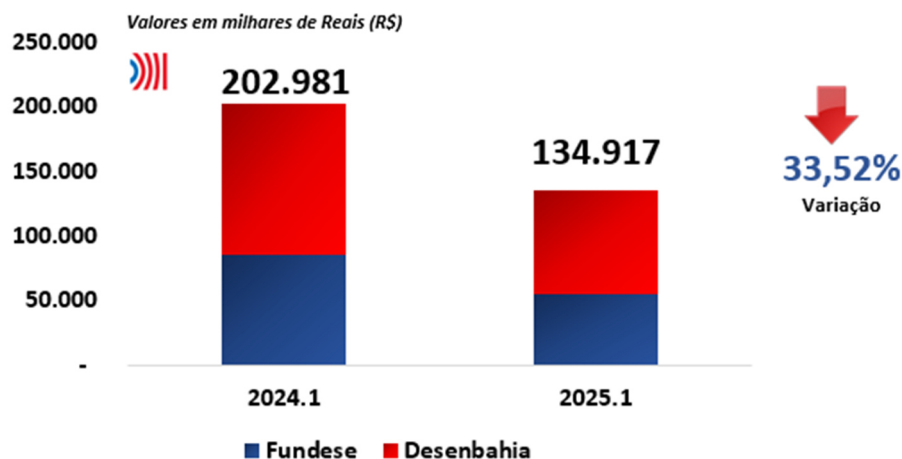
II.3 Infográficos



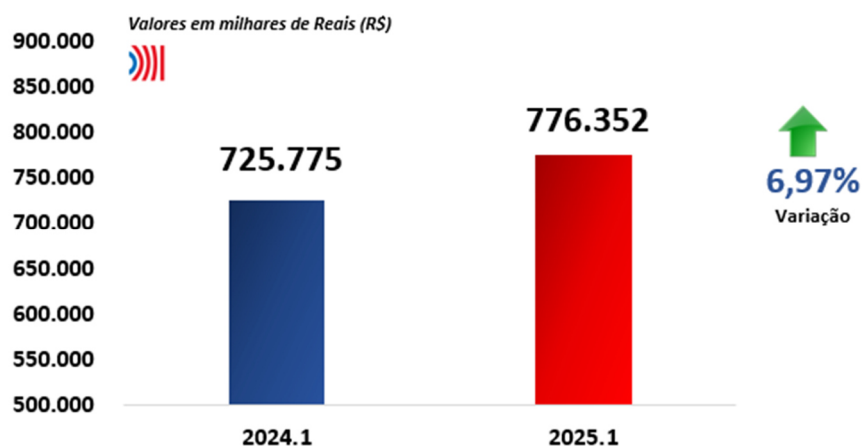
Liberações - Financiamento a Projetos



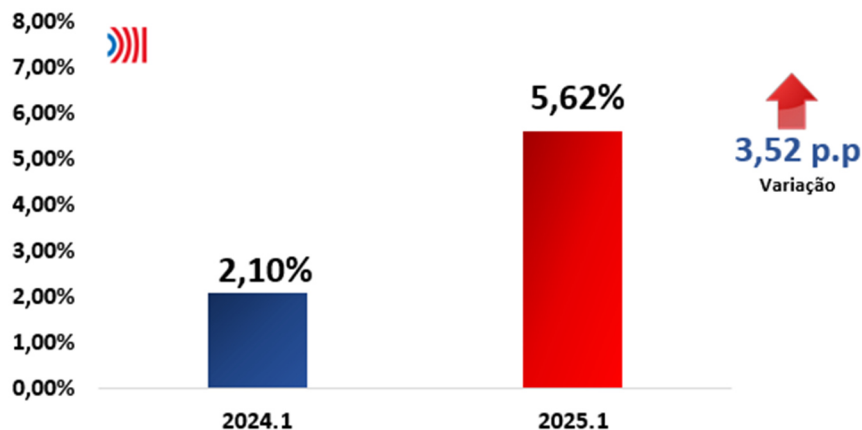
Liberação por Carteiras



Saldo Carteira - Desenhahia

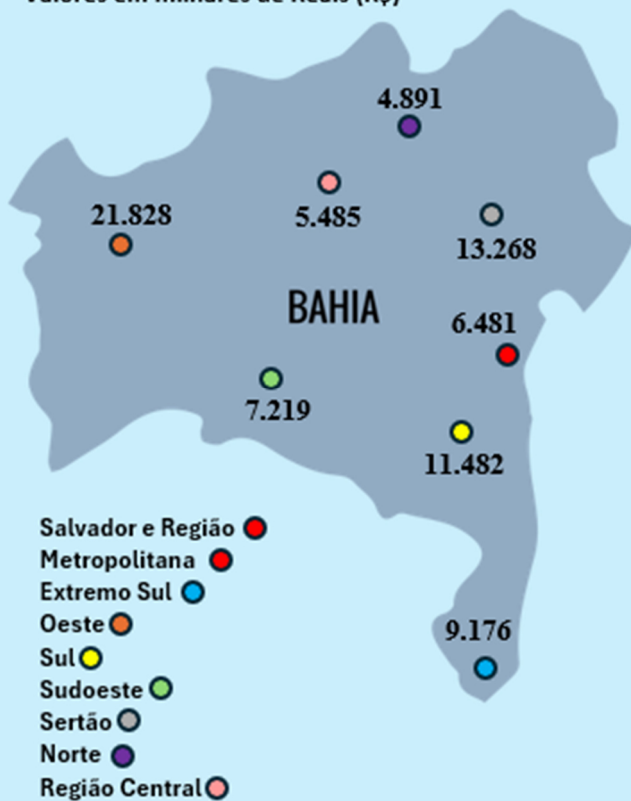


Inadimplência - Carteira Desenbahia



Liberações Total - Por Gerência de Desenvolvimento

Valores em milhares de Reais (R\$)



Desenbahia



Agência de Fomento do
Estado da Bahia S.A.

II.4 Gestão de Fundos

Para viabilizar as ações de fomento social e econômico, a Desenhahia também atua com a prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia. Atualmente, quatro fundos são geridos pela Agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano, este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimento do setor privado, que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que, mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia submete todas as solicitações de financiamento com recursos do fundo aos mesmos processos de análise, risco de crédito e governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira.

Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 55,11 milhões no período em análise.

Dentre as linhas de crédito operadas, os destaques ficaram com as liberações efetuadas via Protáxi com 36,07%, e Prodesse Indústria, Comércio e Serviços com 28,20%. Para o programa de microcrédito com recursos do Fundese, as liberações totalizaram R\$ 12,05 milhões, o que representa 21,87% dos desembolsos totais. O destaque no programa supramencionado concentra-se na linha de crédito voltada às mulheres empreendedoras, que somaram liberações de R\$ 8,35 milhões.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2025:

<i>Carteira de Operações de Crédito</i>	<i>R\$ 481,81 milhões</i>
<i>Liberações no período</i>	<i>R\$ 55,1 milhões</i>
<i>Número de liberações no período</i>	<i>2.477</i>

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em decorrência de contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs). Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No semestre em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: (i) Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; (ii) Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios Baianos de Xique-Xique e Barra; (iii) Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e (iv) Implantação e Operação do VLT do Subúrbio, atualmente em fase de distrato devido à rescisão do contrato de Concessão Patrocinada nº 01/2019. No final do semestre, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 268,9 milhões.

Ao longo do período, não houve honra de garantias com os recursos do FGBP para nenhum dos quatro projetos.

O saldo disponível do fundo alcançou R\$ 378,3 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível/garantias ficou em 1,407.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

A Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente. No final do 1º semestre de 2025, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 598,3 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,197

III. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevô:

<i>Receitas da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 105,9 milhões</i>
<i>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 81,1 milhões</i>
<i>Resultado Operacional</i>	<i>R\$ 52,8 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 45,1 milhões</i>

A Desenhahia apurou lucro líquido de R\$ 45,06 milhões no primeiro semestre de 2025, 4,38% acima do resultado obtido no mesmo período do exercício anterior. A receita de intermediação financeira foi de R\$ 105,99 milhões no semestre.

Houve aumento de 10,30% nas receitas de títulos e valores mobiliários no comparativo com o mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 25,72 milhões no período atual. A melhora na rubrica se relaciona ao aumento da taxa básica de juros, que se mantinha em patamares menos elevados em 2024.

A rubrica de receita com recuperação de créditos, finalizou o período com R\$ 17,44 milhões, 58,02% a mais no comparativo com o mesmo período de 2024.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 24,81 milhões, com aumento de 38,61% em comparação ao exercício anterior.

A rubrica de provisão teve um aumento de 95,19% em análise comparativa com o mesmo período do ano passado. Este impacto no provisionamento se justifica em parte, pela adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352 que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e pelo aumento da inadimplência no período. As Resoluções estabelecem os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, como também para a designação e o reconhecimento das relações de proteção pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Um dos principais impactos em virtude das Resoluções se relacionam à classificação, mensuração e perdas esperadas de ativos financeiros, destacando a elevação das provisões.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 81,18 milhões.

As despesas de pessoal e despesas administrativas permaneceram em níveis aceitáveis de oscilação, respeitando os valores projetados para o semestre. Em relação às despesas de pessoal, ultrapassaram em 2,74% o realizado no mesmo período do ano passado.

O resultado operacional atingiu um total de R\$ 52,85 milhões.

O lucro líquido, acompanhando o bom resultado operacional, findou em R\$ 45,06 milhões no ano conforme mencionado no início do tópico apresentado.

Infográficos – Desempenho Financeiro

Projetado vs Realizado - 1º Semestre 2025	Projetado	Realizado	Meta
Receita de Intermediação Financeira	95.072	105.996	111,49%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	73.354	81.181	110,67%
Resultado Operacional	28.371	52.851	186,29%
Lucro Líquido	25.941	45.066	173,72%

Valores em milhares de Reais (R\$)

INDICADORES ESTRATÉGICOS	2024/1	2025/1	Variação
Liberação de crédito (mil)	118.226	79.831	(32,48%)
Recuperação de créditos baixados em prejuízo (mil)	11.040	17.447	58,03%
Rentabilidade das aplicações financeiras (mil)	23.322	25.724	10,30%
Inadimplência Pós-90 dias	2,10%	5,60%	3,5 p.p.
Índice de Eficiência Operacional	36,83%	43,41%	6,5 p.p.
Resultado Operacional	52.054	52.851	1,53%
Lucro Líquido (mil)	43.175	45.066	4,38%
Patrimônio Líquido (mil)	786,8	838,1	6,52%
ROE (Lucro Líquido/Patrimônio Líquido)	5,49%	5,38%	(0,11 p.p.)
Saldo de Operações de Crédito (mil)	725,7	776,3	6,97%

Valores em milhares de Reais (R\$)

Data Base: 30/06/2025

IV. Destaques e Fatos Relevantes

- **Microcrédito**

O CrediBahia é o programa de microcrédito operado pela Desenbahia, resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e os Municípios.

Ao término do semestre, o programa contava com mais de 200 postos ativos e aptos a conceder crédito no estado através do programa CrediBahia.

Em termos de desempenho operacional, até junho de 2025, o valor total liberado para o CrediBahia 1º Piso (financiamento direto ao mutuário) foi de R\$ 23,79 milhões em 3.138 desembolsos realizados, levando-se em consideração os recursos das carteiras Desenbahia e Fundese.

Pode-se enfatizar ainda dentro do programa de microcrédito, a linha denominada ‘CrediBahia Mulher’ em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a Secretaria de Política para Mulheres – SPM e a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPROMI. Esta linha de crédito que compõe o programa é exclusiva para mulheres empreendedoras do mercado formal e informal, e oferta juros especiais, com menor taxa, e ampliação do valor para a primeira operação em relação a linha convencional. Tal ação possui alinhamento com as propostas do Programa de Governo Participativo (PGP). No semestre, foram liberados R\$ 16,88 milhões através de 2.212 contratos formalizados na linha ‘CrediBahia Mulher’, o que equivale a 70,97% do total liberado no programa do microcrédito no período em análise, demonstrando a forte e crescente participação do público feminino no CrediBahia, e a correlação do gênero com a carteira de bons clientes fidelizados e adimplentes da Agência.

Ainda como fator relevante do programa no 1º semestre de 2025, destaca-se o lançamento da edição inaugural da Revista CrediBahia, publicada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. A publicação traz um balanço dos 22 anos de implementação do programa (2002-2024), beneficiando mais de 92 mil pessoas com a liberação de mais de R\$ 700 milhões. Os empreendedores foram protagonistas desta primeira edição, com o relato de histórias inspiradoras de sucesso. Outro destaque é o

olhar para as mulheres na publicação, que representam 64% do total de microempreendedores beneficiados pelo programa.



- **Municípios**

O atendimento às necessidades de melhoria de infraestrutura e aquisição de equipamentos pelos municípios baianos é um dos pilares estratégicos do planejamento da Desenbahia. Com vistas a melhorar as condições de vida da população baiana, a Agência coloca à disposição das administrações públicas municipais três linhas de financiamento com características próprias: infraestrutura; máquinas e equipamentos; e projetos sustentáveis. Para tais financiamentos, são utilizados recursos próprios.

No semestre, a Desenbahia desembolsou R\$ 10,68 milhões para atender contratos com quatorze municípios baianos. No término do período apresentado, a carteira de operações de financiamento com municípios baianos somava R\$ 156,61 milhões, o que representa 20,17% da carteira ativa total da agência. Atualmente, 75 municípios do estado da Bahia possuem contrato de financiamento ativo com a Desenbahia.

- **Agronegócios**

A Desenbahia liberou no semestre R\$ 20,21 milhões em crédito para o agronegócio, abrangendo a oferta de seus serviços a produtores rurais de diferentes portes e outras empresas do setor. Tal montante financiou investimentos em diferentes subcategorias do agro, desde comercial e de serviços até indústrias. Destaca-se ainda o sólido histórico de atendimento da instituição no setor de agronegócios, representado por financiamentos de médio e longo prazo, seja para custeio, aquisição de equipamentos, projetos de expansão,

ou verticalização e modernização dessas organizações e produtores. A atuação da Desenhavia nas últimas décadas no agronegócio, consolida o setor como pilar estrutural na carteira de crédito da instituição.

Na carteira de operações, o amplo conjunto da agropecuária responde por 25,05% do valor dos contratos de crédito ativos reunidos no final do semestre, com saldo que totaliza R\$ 194,47 milhões. Especificamente o segmento de ‘Grãos e Algodão’ responde por 76,15% do total da carteira de agronegócios, ou R\$ 148,09 milhões.

A atenção da Desenhavia à agropecuária também tem se distribuído em demais cultivos importantes para o estado. A produção de café e cana-de-açúcar no extremo sul, assim como a produção de cítricos no nordeste da Bahia, avicultura e demais culturas estão no foco da instituição.

- **CrediAfro**

Desde 2023, a Agência desenvolveu e lançou uma linha de crédito exclusiva para negócios liderados por pessoas negras. A iniciativa é fruto da parceria entre a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI e a Desenhavia. O CrediAfro integra a *‘Agenda Bahia de Promoção da Igualdade Racial’*, que constituiu um conjunto de projetos, programas e iniciativas do Governo do Estado, que tem como objetivo a geração de oportunidades, o combate à discriminação e a garantia de direitos de grupos étnico-raciais vulnerabilizados. As ações são transversais e abrangem áreas como educação, inclusão econômica, segurança pública, esporte, cultura e habitação. A linha de crédito oferta empréstimos de até R\$50 mil. No semestre foi possível se atingir desembolsos de R\$ 1,50 milhão para 52 afro empreendedores.

- **CrediMais**

O programa do CrediMais possui como objeto primário atender empresas que necessitem de capital de giro, com liberação rápida e segura, até o teto limite estabelecido no produto de até R\$ 250 mil. As linhas de créditos disponíveis via CrediMais, abrangem múltiplas fontes de recursos e vem ampliando as liberações ao nicho MPMEs, através da utilização de um novo processo operacional ágil e de natureza digital, que proporciona escalabilidade e capilaridade de atendimento em todas as regiões do estado.

Destaca-se ainda como diligência que contribuiu para o desempenho operacional positivo do programa no período, subprodutos do programa intitulados “Conexão CrediMais”, que possuiu como objetivo o atendimento a clientes egressos do programa CrediBahia, dando

oportunidade de acesso a crédito a valores que excedem o teto estipulado do PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; e “CrediMais Especial” que realiza atendimento para clientes optantes do Simples Nacional que possuem demanda de crédito com natureza de capital de giro entre R\$ 100 mil e R\$ 250 mil.

Em termos de desembolsos no semestre, foram liberados no programa R\$ 10,54 milhões. O programa atingiu 73 municípios nos primeiros 6 meses do ano, viabilizando crédito por intermédio de 209 contratos liberados.

- **Apoio e participação em eventos**

Com relação às ações externas, as Gerências de Marketing e Produtos e Desenvolvimento de Negócios, atuaram para dar visibilidade a Agência através de patrocínios, apoio e participações em importantes eventos para a economia do estado:

Bahia Farm Show 2025 –

Historicamente, a Desenhahia participa e patrocina o maior evento do Norte e Nordeste voltado para o agronegócio, o Bahia Farm Show. O evento é de grande importância, visto a forte correlação do portfólio de linhas ofertadas na feira com os segmentos de grãos, algodão e café, todos com relevante participação na carteira ativa da agência.

8º Encontro de Prefeitos – Perspectivas para novo mandato: UPB –

O evento, promovido pela União dos Municípios da Bahia (UPB) nos dias 29 e 30 de janeiro de 2025 em Salvador, reuniu mais de 1.000 participantes, incluindo cerca de 380 prefeitos e prefeitas, além de lideranças estaduais e federais como o governador Jerônimo Rodrigues e a ministra da Cultura Margareth Menezes. Com o tema "Perspectivas para o Novo Mandato", o encontro ofereceu debates, oficinas e atendimento técnico com representantes de ministérios e órgãos estaduais para apoiar a gestão municipal.

International Brazil Energy Metting - Ibem25 –

O *International Brazil Energy Meeting* (iBEM25) ocorreu de 25 a 27 de março de 2025 no Centro de Convenções de Salvador (BA), reunindo mais de 70 expositores e cerca de 6.000 participantes de mais de 30 países. O encontro se posiciona como o único evento no Brasil que integra todas as fontes de energia (solar, eólica, biomassa, óleo, gás, hidrogênio, nuclear etc.) em um único formato com conferências, arena ESG, inovação,

comercialização e investimento, congresso acadêmico, seção técnica, *hackathon* e visitas técnicas

Bahia Origem Week 2025 –

O Bahia Origem Week 2025, realizado de 3 a 6 de abril no Centro de Convenções de Salvador, reuniu mais de 200 expositores e 400 marcas, promovendo cultura, gastronomia, formação e negócios. Recebeu aproximadamente 30 mil visitantes, com uma movimentação estimada em mais de R\$ 15 milhões, impulsionando a economia local e promovendo a visibilidade de cadeias produtivas da Bahia.

Expo Serrinha 2025 –

A Expo Serrinha 2025, realizada de 13 a 18 de maio na Nova Arena Marianão em Serrinha (BA), foi a maior feira agropecuária de caprinos e ovinos do Norte e Nordeste, com programação voltada à agricultura familiar, economia solidária, leilões, prêmios e negócios. O evento atraiu público estimado em mais de 70 mil visitantes, com presença de criadores, expositores e apoio institucional da prefeitura, governo estadual, Sebrae e Senai.

Bahia Oil & Gas Energy 2025 –

O Bahia Oil & Gas Energy 2025, realizado de 28 a 30 de maio no Centro de Convenções de Salvador, foi o principal encontro internacional do setor de petróleo e gás voltado às regiões Norte e Nordeste do Brasil, reunindo cerca de 12 mil participantes e 260 estandes em dois pavilhões. Incluiu ainda um congresso científico, seção técnica e visitas técnicas ao setor upstream, midstream e downstream na Bahia, bem como rodada de negócios que movimentou aproximadamente R\$ 400 milhões.

- **Governança Corporativa**

A Desenhavia mantém uma estrutura integrada de governança, gerenciamento de riscos e compliance, assegurando o cumprimento das normativas regulatórias, com especial atenção às diretrizes do Banco Central do Brasil (BACEN) e à Resolução CMN nº 4.595/2017, que trata da política de conformidade das instituições financeiras.

No âmbito regulatório, a instituição deu continuidade à implementação das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352, que estabelecem metodologias para mensuração e controle de riscos financeiros e contábeis. Esses avanços contribuíram para maior transparência das operações e aderência às boas práticas internacionais.

Ainda como parte do fortalecimento da governança, a Desenhahia avançou na estruturação do seu Programa ESG, com ações voltadas à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No semestre, foram promovidas campanhas internas sobre ética, diversidade, saúde mental, empoderamento feminino e riscos socioambientais, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade e a inclusão.

Alinhada à Agenda 2030 da ONU, a Desenhahia tem buscado integrar os ODS às suas práticas operacionais e linhas de crédito, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico da Bahia, mas também a responsabilidade socioambiental e a valorização da diversidade.



Administração em 30/06/2025

Conselho de Administração

João Batista Aslan Ribeiro – Presidente

Alexandre Carvalho Baroni

Antônio Félix Macedo Mascarenhas

Marcelo Borges Weckerle

Paulo de Oliveira Costa

Pedro César Gaspar Dórea

Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

Conselho Fiscal

José Atílio Filardi Cardoso – Presidente

Leonardo de Souza Reis

Ranieri Muricy Barreto

Ricardo José Costa Villaça

Tatiane César Pereira

Nota Técnica: Ao fim do 1º semestre de 2025, os membros do Conselho Fiscal, eleitos pela Assembleia Geral, ainda estavam em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil. Na data da divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2025, a nova composição do colegiado (listada acima) já estava vigente e analisou os relatórios emitidos.

Diretoria

Paulo de Oliveira Costa – Diretor Presidente

Agenor Barreto Martinelli Braga – Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Fábio Serravalle Franco – Diretor de Administração e Finanças

Marko Svec Silva – Diretor de Operações

DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
DESENBÁHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **DESENBÁHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.** (“Desenbahia” ou “Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DESENBÁHIA** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Apresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, foram elaboradas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e não apresentam informações comparativas em relação aos períodos correspondentes de exercícios anteriores, conforme dispensa pelo artigo 79 da Resolução CMN 4.966/2021. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos no art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21 foram reconhecidos no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 13 “e”). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Contingências – Notificações Judiciais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, o Processo nº 0110544-77.1999.8.05.001, trata-se de embargos à execução opostos por mutuário em face da **DESENBAHIA**. Referidos embargos tinham por objeto: a nulidade de encargos financeiros; revisão de títulos; reconhecimento de quitação da operação e devolução de eventuais valores pagos a maior. Os pedidos foram parcialmente acolhidos pelo juízo, razão pelo que após o trânsito em julgado a **DESENBAHIA** foi demandada em 2(dois) cumprimentos de sentença. No primeiro cumprimento de sentença (referente à honorários sucumbenciais) - após impugnações apresentadas pela **DESENBAHIA** - logramos diminuir a quantia cobrada de R\$31.162 para R\$14.531(discussão já finalizada). No segundo cumprimento de sentença (referente ao crédito principal) - a **DESENBAHIA** conseguiu reduzir a postulação de R\$66.199 para, no pior cenário, R\$29.761 (neste particular, ainda há discussão, tendo a **DESENBAHIA** postulado a necessidade de adequação das contas). Em março de 2025 o referido processo foi objeto de acordo, ensejando na sua extinção e arquivamento. Com esse fato, foi reconhecida perda efetiva no valor de R\$ 27.000, que estava lastreada em provisão constituída no valor de R\$39.709. Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de proferimento de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (que reconheceu a prescrição nos autos da ação de execução nº 0001858-93.1996.8.05.0001). Referida decisão transitou em julgado. Em que pese não tenha havido estipulação expressa do valor da condenação em honorários sucumbenciais, atualmente a Desenhahia entende como devido o valor de R\$2 milhões de reais, valor este que foi depositado judicialmente no cumprimento de sentença de nº 8155312-09.2023.8.05.0001. Este valor ainda não foi levantado pela parte contrária, e o quantum ainda não foi estabelecido de forma definitiva pelo Judiciário. Em alguns destes processos, a Desenhahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei, no montante de R\$ 22.553, na data base de 30 de junho

de 2025, registrado na rubrica “Outros ativos” (nota explicativa nº 9). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, em 15 de setembro de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital social da Desenhbahia em R\$ 22.346, oriundos de retenção juros sobre capital próprio constituídos no exercício de 2024, elevando de R\$ 641.885 para R\$ 664.231. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3 (“K”) e nº 18, a Desenhbahia possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros, suportados por projeção de resultados elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Para elaborar a projeção de resultados, a Administração adotou premissas com base no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo, e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, realizamos procedimentos, de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, para elaborar um estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável, e prover contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, consubstanciadas na Resolução CMN nº 4.842/2020. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Desenbahia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Desenbahia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenbahia continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **DESENBAHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenhavia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 07 de novembro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Balanço Patrimonial****Em 30 de junho de 2025****(Em milhares de Reais)**

ATIVO	Nota	30/06/2025
Disponibilidades		3.280
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		130.676
- Títulos e valores mobiliários	6	130.676
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1
- Títulos e valores mobiliários	6	1
Ativos financeiros a custo amortizado		953.469
- Aplicações interfinanceiras	5	102.842
- Títulos e valores mobiliários	6	127.012
- Operações de crédito	7	742.441
- Outras operações com característica de concessão de crédito	7	33.912
- Outros ativos financeiros	8	35.105
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 e 8	(87.843)
Ativos fiscais		41.579
- Correntes		8.411
- Diferidos	18b	33.168
Outros valores e bens	9	11.155
Imobilizado de uso	10	32.783
Intangível	10	6.681
Total do ativo		1.179.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Balanço Patrimonial****Em 30 de junho de 2025****(Em milhares de Reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2025
Passivos Financeiros a custo amortizado		250.576
- Obrigações por repasses do país	11	250.576
Provisões	12	47.266
Obrigações fiscais		5.161
- Correntes	12	2.592
- Diferidas	18c	2.569
Outras obrigações	12	38.547
 Patrimônio líquido	 13	 838.074
- Capital Social		641.885
- Reservas de lucros		196.201
- Ajuste de avaliação patrimonial		(12)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.179.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	14	105.996
Operações de crédito		80.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		25.724
Despesas da intermediação financeira	14	(24.815)
Operações de empréstimos e repasses		(11.520)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13.295)
Resultado bruto da intermediação financeira	14	81.181
Outras receitas/(despesas) operacionais		(28.330)
Receitas de prestação de serviços	15	17.246
Despesa de pessoal	16	(33.130)
Outras despesas administrativas	16	(9.594)
Despesas tributárias	16	(5.584)
Outras receitas operacionais	15	45.326
Outras despesas operacionais	16	(42.594)
Resultado operacional		52.851
Resultado não operacional	17	5
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		52.856
Imposto de renda e contribuição social	18	(3.520)
Participação nos lucros		(4.270)
Lucro líquido do semestre		45.066
Lucro líquido por ação		0,00003078
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido do semestre		45.066
Outros resultados abrangentes	13d	(12)
Resultado abrangente total		45.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		623.897	40.222	118.712	44.708	-	-	827.539
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	13e	-	-	-	-	-	2.904	2.904
Saldos em 1º de janeiro de 2025		623.897	40.222	118.712	44.708	-	2.904	830.443
Aumento de capital		17.988	-	-	-	-	-	17.988
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(12)	-	(12)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.066	45.066
Valores deliberados em assembleia		-	-	-	(44.708)	-	-	(44.708)
Destinações:								
Reservas	13b	-	2.253	13.717	21.297	-	(37.267)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	13c	-	-	-	-	-	(10.703)	(10.703)
Saldos em 30 de junho de 2025		641.885	42.475	132.429	21.297	(12)	-	838.074
Mutações no 1º semestre - 2025		17.988	2.253	13.717	(23.411)	(12)	-	10.535
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	01/01 a 30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido		45.066
Ajustes ao lucro líquido:		
Constituição (Reversão) da provisão perdas associadas ao risco de crédito - carteira de crédito	14	13.845
Constituição (Reversão) da provisão perdas associadas ao risco de crédito - créditos a liberar	15	(550)
Constituição (Reversão) da provisão perdas associadas ao risco de crédito - outros ativos financeiros	16	180
Atualização monetária e perdas com depósitos judiciais		(701)
Depreciação e amortização	16	1.377
Constituição (Reversão) da provisão para perdas em processos judiciais		(30.659)
Imposto de renda e contribuição social	18	3.520
Lucro líquido antes dos impostos ajustado		32.078
Variações patrimoniais:		
Títulos e valores mobiliários		(112.375)
Operações de crédito		(7.417)
Outros ativos		(11.678)
Obrigações por empréstimos e repasses		(13.257)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.812)
Outras obrigações fiscais correntes		4.882
Provisões		5.713
Outros passivos		(7.317)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(120.183)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso		(293)
Aquisição de intangível		(271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(564)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(45.266)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(45.266)
Redução líquida de caixas e equivalentes de caixa		(166.013)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		372.311
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	206.298
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(166.013)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, 213, bairro Narandiba, Salvador, Bahia. Com controle acionário pertencente ao Governo do Estado da Bahia, tem como objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Também faz parte do objeto social, a operação e administração dos seguintes fundos estaduais:

- Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE;
- Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP;
- Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP; e,
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que foi alterado para possibilitar a aplicação dos critérios e procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021, cuja vigência teve início em 1º de janeiro de 2025.

As demonstrações financeiras referentes a períodos do ano de 2025, elaboradas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) não apresentam informações comparativas em relação aos períodos correspondentes de exercícios anteriores, conforme dispensa pelo artigo 79 da Resolução CMN 4.966/2021.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis, a seguir.

a) Normas e Lei aplicáveis a partir de 01/01/2025 ou em períodos Futuros

a.1) Resolução CMN nº 4.966/21 e suas resoluções complementares

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em seguida, normas complementares foram emitidas, tais como - Resolução BCB nº 352/2023 que estabelece procedimentos sobre: o teste de “somente pagamento de principal e juros - SPPJ”, a metodologia de provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito, procedimentos para apuração da taxa de juros efetiva e à divulgação de instrumentos financeiros.

Posteriormente, a Resolução BCB nº 397/2024 alterou a Resolução BCB nº 352/2023 e as Resoluções CMN nº 5.100/2023 e CMN nº 5.146/2024 alteraram a Resolução CMN nº 4.966/2021, ajustando alguns dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Para questões relacionadas ao risco de crédito, a Instrução Normativa BCB nº 560/2024 esclareceu os critérios para a estimação dos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito. Com a implementação das novas regras, houve a revogação de alguns normativos antes vigentes, sendo relevantes a revogação da Circular nº 3.068/2001, que tratava da contabilização de títulos e valores mobiliários e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

excetuava as Agências de Fomento e da Resolução CMN nº 2.682/1999, que regulamentava a contabilização de operações de crédito e das provisões associadas ao risco de crédito. Cabe observar que os procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 encontram-se, desde 1º de janeiro de 2025, implementados prospectivamente na Agência, exceto ao que se refere à taxa efetiva de juros.

a.2) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas - operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos - e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

A Lei estabelece ainda que em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos e cujas perdas não foram deduzidas e que não tenham sido recuperadas até 31 de dezembro de 2024, somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está respaldada em estudo técnico elaborado internamente e revisado para data-base de 30 de junho de 2024, conforme determina a Resolução CMN 4.842/2020, que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas, segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo está considerada a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei, para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 20 de outubro de 2025.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito qualificadas como ativos problemáticos, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem disponibilidades e aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros, ocorre na data da negociação, isto é, na data em que a Agência se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros estão reconhecidos de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado - VJR - e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes - VJORA, de acordo com os modelos de negócio estabelecidos, e o resultado do teste de Somente Pagamento de Principal e Juros - SPPJ, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

c.1) Avaliação do Modelo de Negócios

O modelo de negócios refere-se à forma como a Agência gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa - ponderando a natureza, a finalidade e os riscos associados. Os ativos financeiros podem ser gerenciados com as finalidades de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

Obter os fluxos de caixa contratuais - os ativos financeiros considerados nesse modelo de negócios são geridos com o objetivo de serem mantidos até o vencimento, de modo que a Agência obtenha fluxos de caixa pelo recebimento

do principal e dos juros ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Obter os fluxos de caixa contratuais e venda - os ativos financeiros nesse modelo de negócios são geridos visando a obtenção de fluxos de caixa por meio da coleta dos fluxos de caixa contratuais ao longo da vida desses ativos e/ou da sua venda. Outros - os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são aqueles que não se enquadram nos modelos de negócios anteriores.

Os modelos de negócios acima definidos estão aprovados pelo Conselho de Administração.

c.2) Análise de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ)

A aplicação do Teste SPPJ é necessária quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e de obter fluxos de caixa contratuais e venda. A Desenhahia analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de avaliar se esses consistem somente em pagamento de principal e juros. Os ativos passam no teste de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal se os fluxos de caixa, após avaliação da administração, são consistentes com os critérios do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, custos da operação, margem de lucro e outros riscos associados. Os ativos financeiros que não representarem somente pagamento de principal e juros são classificados na categoria de mensuração ao valor justo por meio do resultado.

c.3) Categorias de ativos financeiros

c.3.1) Custo Amortizado (CA)

Nesta categoria são classificados os ativos geridos pela Desenhahia dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais e que passam no teste SPPJ. Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzido de eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento.

Os encargos financeiros nessa modalidade são apropriados por competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pela amortização do principal e dos juros e ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

A classificação na categoria custo amortizado aplica-se também a ativos financeiros adquiridos ou originados para liquidação total ou parcial com o

objetivo de reestruturação ou de renegociação de operações de crédito ou outras operações com característica de concessão de crédito.

c.3.2) Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Nesta categoria são classificados os ativos geridos pela Agência dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é tanto obter fluxos de caixa contratuais quanto gerar retorno pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e que passam no teste SPPJ. Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzido de eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento. Os encargos financeiros nessa modalidade apropriados por competência são adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pela amortização do principal e dos juros e ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Enquanto os juros desses ativos financeiros são reconhecidos como receita no resultado do período, os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo não realizados (exceto perda de crédito esperada e receita de juros), líquidos dos impostos aplicáveis, são registrados como Outros Resultados Abrangentes.

c.3.3) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores. Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação e os valores recebidos na aquisição, originação ou emissão do ativo são apropriados diretamente como resultado do período assim como os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo.

c.4) Instrumentos Patrimoniais

Os instrumentos patrimoniais, geralmente, são classificados ao valor justo por meio do resultado. A Desenbahia, na adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021, se utilizou da prerrogativa de classificar, de forma irrevogável, os investimentos em participações acionárias na categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Para esses ativos, os ganhos e perdas são contabilizados como Outros Resultados Abrangentes.

c.5) Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais ao fluxo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

de caixa do ativo financeiro expirarem ou quando houver a transferência do ativo financeiro que se qualifica para a baixa. Essa transferência é reconhecida quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo são efetivamente transferidos para outra parte, ou quando, embora os direitos ao fluxo de caixa permaneçam retidos pela Agência e ela assume, contratualmente, a obrigação de pagar esses mesmos fluxos a um ou mais beneficiários.

c.6) Taxa de Juros Efetiva (TJEO)

A Taxa de Juros Efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para efeito do cálculo da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a Agência considera os custos de transação diretamente atribuíveis e os eventuais valores recebidos na data de sua aquisição, originação ou emissão. Os custos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo da operação, são reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem e não podem compor o valor contábil bruto do instrumento.

Para as operações de crédito e equiparadas classificadas na categoria de custo amortizado, a Agência apura a Taxa de Juros Efetiva dos instrumentos financeiros pela opção da metodologia diferenciada para o reconhecimento de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e eventuais valores recebidos com base na Resolução BCB nº 352/2023.

De acordo com a metodologia vigente, as receitas de juros e demais encargos são reconhecidas pro rata temporis ao longo do período, considerando a taxa de juros contratual original. Em seguida, as receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na origem ou emissão do instrumento financeiro são reconhecidas de forma linear, conforme as características do contrato.

c.7) Renegociação e reestruturação dos instrumentos financeiros

A renegociação é um acordo que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Por sua vez, a reestruturação é uma renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

c.8) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Os níveis de provisão estão estabelecidos pela Resolução BCB 352/2023 para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo de sua responsabilidade pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.966/2021. O nível de provisão para perdas incorridas das operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais sobre o valor contábil bruto do ativo, observados os períodos de atraso e a classificação dos ativos financeiros nas carteiras de provisão (C1 a C5), de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestadas, conforme o artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023.

A Agência por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

c.8.1) Provisão para perdas Incorridas - Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 - C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

c.8.2) Provisão adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Instituição constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 - C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;

Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e

Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

c.8.3) Provisão para perda esperada

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

c.8.4) Total da provisão associada a perda de crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Desembahia adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Instituição detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Agência emprega técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com seu porte, o perfil de risco e o modelo de negócio.

c.9) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando houver: (i) atraso superior a 90 dias no pagamento; (ii) reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação; e (iii) houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e existir: (i) um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e (ii) amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Desenhahia não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

c.10) Apropriação de Resultado (Stop accrual)

A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Quando o ativo deixa de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, a Agência volta a reconhecer, prospectivamente, as receitas pelo regime de competência. As receitas que deixaram de ser contabilizadas no resultado pelo regime de competência quando os ativos ainda estavam classificados como problemáticos são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

d) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

e) Passivos financeiros

É reconhecido um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual, cuja liquidação pode ser efetuada mediante entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro para outra entidade. Os passivos financeiros, excetuando-se derivativos e compromissos de créditos e créditos a liberar, são classificados como custo amortizado.

f) Outros ativos

São demonstrados: (i) Por estoque de materiais; (ii) Por despesas antecipadas; e, (iii) Por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação em pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

g) Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Outros Passivos

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas em base “pro rata” dia.

k) Tributos correntes e diferidos

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir:

TRIBUTO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicional de 10% sobre o que excede R\$ 240 mil)	Lucro	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro	20%
Programa de Integração Social - PIS	Faturamento	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Receita de serviços	5%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas, também denominados “créditos tributários” referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020, e assim reconhecidos com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

l) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

m) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12/10/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

n) Eventos Subsequentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2025****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.

o) Compromissos de crédito a liberar

Referem-se aos compromissos de desembolso que as instituições financeiras têm em relação aos contratos de crédito que ainda não foram integralmente liberados. Esses compromissos abrangem tanto as partes já comprometidas quanto os valores a serem liberados, conforme as condições contratuais pré-estabelecidas.

A Instituição reconhece inicialmente como passivos no balanço patrimonial ao custo amortizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Caixa	3.280
- Depósitos Bancários	3.280
Equivalentes de Caixa	203.019
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	102.842
- Títulos e valores mobiliários	100.177
Total	206.299

5. Aplicações interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2025
Ao Custo Amortizado – carteira de provisão C1	
- Aplicações em operações compromissadas	102.842
Total	102.842
Circulante	102.842
Não Circulante	-

6. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Ao valor justo por meio do resultado - Saldo bruto	130.676
- Cotas de fundo de investimentos Banco do Brasil	100.176

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

- Cotas de fundo de investimentos Banco do nordeste	30.500
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Saldo bruto	1
- Títulos de renda variável	1
Ao custo amortizado - Saldo bruto – carteira de provisão C1	127.012
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.466
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.546
Total	257.689
Circulante	100.176
Não circulante	157.513

7. Operações de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	30/06/2025
Ao Custo Amortizado	
- Empréstimos	246.202
- Financiamentos	289.125
- Financiamentos rurais	194.129
- Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	12.984
Total das operações de crédito	742.441
- Outros créditos com característica de concessão de crédito	33.912
Total da carteira de crédito	776.353
Circulante	221.300
Não Circulante	555.053

b) Carteira por atividade econômica

	30/06/2025
Setor Privado	619.738
- Pessoas Físicas	60.593
- Indústria	49.925
- Comércio	107.429
- Serviços	191.626
- Rural	210.165
Setor público	156.615
- Administração Municipal	156.615
Total da carteira de crédito	776.353

c) Carteira por concentração

	30/06/2025	
	Valor	%
10 Maiores Devedores	46.598	6
50 Seguintes Devedores	216.372	28
100 Seguintes Maiores Devedores	180.419	23
Demais Devedores	332.964	43
Total	776.353	100

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Classificação por carteira de provisão e faixa de vencimento

Faixa de atraso	30/06/2025					Total
	C1	C2	C3	C4	C5	
Ativos não problemáticos	54.900	199.919	368.777	5.435	-	629.031
De 0 a 14 dias de atraso	50.169	193.522	362.128	5.314	-	611.133
De 15 a 30 dias de atraso	4.731	1.687	4.383	-	-	10.801
De 31 a 60 dias de atraso	-	3.249	1.574	71	-	4.894
De 61 a 90 dias de atraso	-	1.461	692	50	-	2.203
Ativos problemáticos adimplidos	14.026	35.554	50.123	3.929	89	103.721
Ativos problemáticos inadimplidos	9.131	22.234	11.163	1.073	-	43.601
Inadimplido - período menor que um mês	143	5.498	3.477	300	-	9.418
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	2.000	431	187	-	2.618
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	8.463	734	942	62	-	10.201
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	1.552	1.027	32	-	2.611
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	246	766	820	146	-	1.979
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	279	6.749	278	32	-	7.338
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	2.197	2.126	178	-	4.501
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	-	667	564	33	-	1.264
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	261	400	52	-	713
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	-	460	355	0	-	815
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	-	316	110	50	-	476
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	-	378	85	-	-	463
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	-	59	82	-	-	141
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	-	81	158	-	-	239
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	-	516	129	-	-	645
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	-	-	120	-	-	120
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	-	-	59	-	-	59
Total	78.057	257.707	430.063	10.437	89	776.353

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Carteira	Situação	30/06/2025				
		Valor bruto	Perda incorrida	Provisão adicional	Perda esperada	Total perda esperada
C1	Ativos não problemáticos	54.900	-	868	83	951
	Ativos problemáticos adimplidos	14.026	-	1.403	2.643	4.046
	Ativos problemáticos inadimplidos	9.131	1.371	410	-	1.781
	Total C1	78.057	1.371	2.681	2.726	6.778
C2	Ativos não problemáticos	199.919	-	3.212	679	3.891
	Ativos problemáticos adimplidos	35.554	-	11.875	2.519	14.394
	Ativos problemáticos inadimplidos	22.234	9.571	756	416	10.743
	Total C2	257.707	9.571	15.843	3.614	29.028
C3	Ativos não problemáticos	368.777	-	7.460	637	8.097
	Ativos problemáticos adimplidos	50.122	-	24.409	6.689	31.098
	Ativos problemáticos inadimplidos	11.164	6.604	406	647	7.657
	Total C3	430.063	6.604	32.275	7.973	46.852
C4	Ativos não problemáticos	5.435	-	126	15	141
	Ativos problemáticos adimplidos	3.929	-	1.552	770	2.322
	Ativos problemáticos inadimplidos	1.073	527	48	16	591
	Total C4	10.437	527	1.726	801	3.054
C5	Ativos problemáticos adimplidos	89	-	48	18	66
	Total C5	89	-	48	18	66
Total		776.353	18.073	52.573	15.132	85.778
Circulante						22.923
Não circulante						62.855

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

f) Composição do saldo de operações renegociadas

	30/06/2025	
	Valor	%
Operações renegociadas	27.965	81
Operações reestruturadas	6.348	19
Montante de ativos financeiros renegociados	34.313	100

No período não houve baixa de créditos para prejuízo, pois de acordo com a Política da Agência de provisão para perdas esperadas associadas aos ativos financeiros a baixa ocorrerá quando a operação completar 720 dias em atraso.

8. Outros ativos financeiros

a) Ao custo amortizado - Outros créditos sem característica de concessão de crédito

	30/06/2025
Rendas a receber (1)	10.804
Devedores por depósitos em garantia (2)	22.553
Pagamentos a ressarcir (3)	772
Devedores diversos - país (4)	976
Total	35.105
Circulante	10.806
Não circulante	24.299

(1) O montante refere-se à taxas de administração de fundos públicos e fundos garantidores de PPP, e a taxas de equalização;

(2) Vide nota explicativa nº 21;

(3) Valores a receber junto à órgãos públicos estaduais (sem expectativa de realização e provisionados), junto à ex-empregados a título de co-participação em benefício recebido (em cobrança judicial) e juntos aos fundos garantidores a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente;

(4) Montante composto por: (i) Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro; (ii) Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10; (iii) Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013; e, (iv) Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA; e, (v) pendências a regularizar.

b) Classificação por carteira de provisão e faixa de vencimento

Faixa de atraso	30/06/2025			
	C1	C2	C5	Total
Ativos não problemáticos	87	22.553	10.719	33.359
De 0 até 14 dias de atraso	87	22.553	10.719	33.359
Ativos problemáticos inadimplidos	432	505	809	1.746
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	432	505	809	1.746
Total	519	23.058	11.528	35.105

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Carteira	Situação	30/06/2025			
		Valor bruto	Perda incorrida	Perda esperada	Total perda esperada
C1	Ativos não problemáticos	87	-	-	-
	Ativos problemáticos inadimplidos	432	432	-	432
	Total C1	519	432	-	432
C2	Ativos não problemáticos	22.553	-	66	66
	Ativos problemáticos inadimplidos	505	505	-	505
	Total C2	23.058	505	66	571
C5	Ativos não problemáticos	10.719	-	253	253
	Ativos problemáticos inadimplidos	809	809	-	809
	Total C5	11.528	809	253	1.062
Total		35.105	1.746	319	2.065
Circulante					319
Não circulante					1.746

9. Outros valores e bens

	30/06/2025
Estoque de materiais	92
Despesas antecipadas	322
Antecipações Salariais	1.732
Ativos não financeiros mantidos para venda	12.477
Outros ativos	70
Provisão - Desvalorização de ativo não financeiros mantidos p/ venda	(3.537)
Total	11.155
Circulante	2.215
Não Circulante	8.940

10. Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado de uso	30/06/2025		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil
Obras de arte	124	-	124
Instalações	1.848	(1.460)	388
Móveis e equipamentos	9.876	(8.194)	1.682
Imóveis de uso	40.261	(9.672)	30.589
Total	52.109	(19.326)	32.783

Intangível	30/06/2025		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil
Gerados internamente	450	(135)	315
Licenças e direitos autorais e de uso	13.168	(6.802)	6.366
Total	13.618	(6.937)	6.681

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Passivos financeiros

Obrigações por repasse no país	30/06/2025			
	até 3 meses	3 a 12 meses	acima de 12 meses	TOTAL
Ao Custo Amortizado				
- BNDES	7.913	30.400	107.861	146.174
- FINAME	6.030	9.541	42.562	58.133
- FINEP	3	-	1.809	1.812
- BNB	813	3.205	17.825	21.843
- FUNCAFÉ	160	150	-	310
- FUNGETUR	1.242	4.175	16.887	22.304
Total	16.161	47.471	186.944	250.576
Circulante				63.632
Não circulante				186.944

12. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos

	30/06/2025
Obrigações fiscais correntes	
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	-
Impostos e contribuições a recolher	2.584
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8
Total	2.592
Circulante	2.592
Não circulante	-
Provisões	
Provisão para pagamentos a efetuar	9.055
Provisão para contingências (Vide nota explicativa nº 21)	33.055
Provisão para participações nos lucros	4.270
Provisão para perdas esperadas com créditos a liberar	886
Total	47.266
Circulante	13.115
Não circulante	34.151
Outros passivos	
Remuneração de capital a pagar	33.103
Gratificações e Participações a pagar	255
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.587
Credores diversos	3.602
Total	38.547
Circulante	37.693
Não circulante	854

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2025****(Valores expressos em milhares de Reais)**

13. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/06/2025		
	Milhares de ações (quant.)	Capital social	%
Ações ordinárias	51.251.444	224.703	35
Ações preferenciais com direito a voto	25.099.331	110.044	17
Ações preferenciais sem direito a voto	70.053.670	307.138	48
Total	146.404.445	641.885	100

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,97% de participação.

b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:

- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital: 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir (os valores patrimoniais que compõem o cálculo do limite de cada período se reportam à 31 de dezembro imediatamente anterior:

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2025****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Limite para 2025
Capital Social	623.897
Reservas de Lucros	203.642
Valores não deliberados	(44.708)
Total	782.831
Base de Cálculo do JCP	782.831
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	4,1550%
Limite do JCP dedutível para o período	32.527

No primeiro semestre de 2025 foi provisionado o montante de R\$ 32.000 a título de juros sobre o capital próprio.

Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, e os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Reserva Especiais de Lucros”.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhahia obteve uma economia fiscal de R\$ 9.005.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Desenhahia possui instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA), cuja movimentação desses papéis ensejou em uma desvalorização de R\$ 12.

e) Adoção inicial da Resolução CMN n° 4.966/2021

Na entrada em vigor da referida norma, em 1° de janeiro, conforme previsto no seu art. 70, os seguintes ajustes foram reconhecidos no patrimônio líquido:

Patrimônio líquido em 31/12/2024	827.539
Ajustes adoção inicial da resolução CMN n° 4.966/2021	2.904
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - operações de crédito	4.717
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - créditos a liberar	(1.436)
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - outros ativos	(1.077)
- Stop accrual	634
- Reversão de provisão para desvalorização de TVMs	66
Patrimônio líquido em 1/1/2025 após ajustes da Resolução CMN n° 4.966/2021	830.443

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Resultado bruto da intermediação financeira

	01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	
Operações de crédito	60.170
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.655
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.447
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.342
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	15.382
Total	105.996
Despesas da intermediação financeira	
Empréstimos e repasses - BNDES	(6.473)
Empréstimos e repasses - FINAME	(3.215)
Empréstimos e repasses - FINEP	(36)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(1.796)
Provisão associada ao risco de crédito (1)	(13.295)
Total	(24.815)
Resultado bruto da intermediação financeira	81.181

1) Composição:

Provisão associada ao risco de crédito	01/01 a 30/06/2025
Provisão para risco de crédito	
- Perda incorrida - operações de crédito	(9.769)
- Provisão adicional - operações de crédito	(4.300)
- Perda esperada - operações de crédito	(115)
- Provisão adicional - outros créditos com características de concessão de crédito	(574)
- Perda esperada - outros créditos com características de concessão de crédito	(2)
- Perda esperada - créditos a liberar	(886)
Reversão para provisão para risco de crédito	
- Reversão de provisão adicional - outros créditos com características de concessão de crédito	915
- Reversão perda esperada - créditos a liberar	1.436
Total	(13.295)

15. Outras receitas operacionais

	01/01 a 30/06/2025
Receitas de prestação de serviços	
Tarifa de análise	1.391
Tarifa substituição/exclusão de garantias	16
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	36
Taxa com administração de fundos - Fundese	13.309
Taxa com administração de fundos - FGBP	681

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

Taxa com administração de FGAP	1.807
Taxa com administração de PPP	6
Total	17.246
Outras receitas operacionais	
Recuperação de encargos e despesas	155
Reversão de provisões passivas não associadas ao risco de crédito (1)	43.639
Reversão de perda esperada - outros créditos sem características de operações de crédito	17
Atualização monetária depósitos judiciais	758
Bônus recebidos	111
Rendas de equalização (2)	575
Outras rendas operacionais	71
Total	45.326

(1) Reversão de provisão para perdas com contingências para fazer face a perdas efetivas no valor de R\$ 27.998. Vide nota explicativa nº 21;

(2) Refere-se: (i) a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC e na linha de crédito PRÓTAXI; e, (ii) a equalização de custos financeiros em financiamentos rurais no âmbito dos Planos Safra, regulamentada por Portarias do Ministério da Fazenda.

16. Outras despesas operacionais

	01/01 a 30/06/2025
Despesas de pessoal	
Honorários	(1.361)
Benefícios	(2.739)
Encargos sociais	(8.657)
Proventos	(20.045)
Treinamento	(114)
Estagiários	(214)
Total	(33.130)
Outras despesas administrativas	
Água, energia e gás	(547)
Aluguéis	(257)
Comunicações	(195)
Manutenção e conservação de bens	(305)
Material	(71)
Processamento de dados	(457)
Promoções e relações públicas	(532)
Propaganda e publicidade	(336)
Publicações	(103)
Seguros	(72)
Serviços sistema financeiro	(388)
Serviços de terceiros	(2.255)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Serviços de segurança e vigilância	(324)
Serviços técnicos especializados	(1.489)
Transporte	(59)
Viagem no país	(191)
Outras despesas administrativas	(636)
Despesas de amortização	(669)
Despesas de depreciação	(708)
Total	(9.594)
Despesas tributárias	
ISS	(862)
COFINS	(3.806)
PIS	(619)
Outras despesas tributárias	(297)
Total	(5.584)
Outras despesas operacionais	
Despesas com descontos concedidos em renegociações	(1.451)
Despesas com atualizações de impostos e contribuições	(166)
Perda esperada - outros créditos sem características de operações de crédito	(197)
Provisões passivas não associadas ao risco de crédito (Vide nota explicativa n° 21)	(12.782)
Perdas efetivas com contingências (Vide nota explicativa n° 21)	(27.800)
Encargos por concessão de garantias	(198)
Total	(42.594)

17. Resultado não operacional

	01/01 a 30/06/2025
Receitas não operacionais	9
Despesas não operacionais	(4)
Total	5

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação dos tributos sobre o lucro:

	01/01 a 30/06/2025
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	-
(-) Provisão Para Imposto De Renda - Valores Diferidos	(64)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	(1.921)
Total	(1.985)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	-
Provisão Para Contribuição Social - Valores Diferidos	(51)
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	(1.484)
Total	(1.535)
Total de tributos correntes e diferidos sobre o lucro	(3.520)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Tributos correntes

	01/01 a 30/06/2025
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	48.586
(+) Adições	29.677
(-) Exclusões	(78.263)
(=) Lucro/Prejuízo Real	-
(-) Compensação prejuízo fiscal	-
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	-
IRPJ (15%)	-
Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil) * 10%)	-
(-) Incentivos Fiscais - PAT	-
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença	-
Maternidade/Paternidade Lei 11.770 /Dec 7.052	-
IRPJ	-
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	48.586
(+) Adições	29.677
(-) Exclusões	(78.263)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	-
(-) Compensação de Base Negativa da CSLL	-
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	-
CSLL (20%)	-
TOTAL TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-

c) Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal e sobre Prejuízo Fiscal e sobre Base Negativa de CSLL, aplicando-se alíquotas vigentes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	Constituição	Realização/reversão	30/06/2025
Créditos tributários				
Provisão para Devedores Duvidosos	10.165	4.596	-	14.761
Provisão para desvalorização TVM	319	-	(319)	-
Provisão para contingências	11.737	15.417	(11.737)	15.417
Provisão para AMV	1.114	150	-	1.264
Prejuízo Fiscal	7.433	-	(6.416)	1.017
Base Negativa de CSLL	5.806	-	(5.097)	709
Total geral - ativos fiscais diferidos	36.574	20.163	(23.569)	33.168
Débitos tributários				
Depreciação diferida	2.454	115	-	2.569
Total de passivos fiscais diferidos	2.454	115	-	2.569

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Estimativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que demonstrou a existência de lucros ou resultados tributáveis ao longo dos próximos 10 anos conforme demonstrado a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030-2034	Total
Valor Nominal	975	-	7.697	5.697	4.166	14.633	33.168
Valor Presente	875	-	5.554	3.688	2.419	6.621	19.157

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, foram calculados considerando-se a taxa de captação praticada pela Desenhahia.

e) Créditos tributários não reconhecidos

Existem créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL no montante de R\$ 121.889.

19. Resultados recorrentes/não recorrentes

Não houve eventos não recorrentes ao longo do primeiro semestre de 2025.

20. Partes relacionadas

A Desenhahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2025 montam R\$ 773.846, e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

- **FUNDURBANO:** A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2025 montam R\$ 314, e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- **FGBP:** A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2025 montam R\$ 412.500;
- **FGAP:** A Agência é gestora do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento do aporte de recursos de que trata do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parcerias Público-Privadas na modalidade concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2025 montam R\$ 597.834;

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2025****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Transações mantidas pela Desenbahia com essas partes relacionadas:

Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	30/06/2025
Taxa de administração - Fundese	10.244
Rendas de equalização - Fundese	23
Taxa de administração - FGBP	123
Taxa de administração - FGAP	327
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(46.080)
Remuneração diretoria colegiada	(109)
Total	(35.270)

Receitas (Despesas) incorridas no período	30/06/2025
Taxa de administração - Fundese	13.309
Rendas de equalização - Fundese	249
Taxa de administração - FGBP	681
Taxa de administração - FGAP	1.807
Remuneração diretoria colegiada	(1.091)
Remuneração conselho de administração	(180)
Remuneração conselho fiscal	(61)
Remuneração do comitê de auditoria estatutário	(29)
Total	14.685

21. Provisão para riscos processuais

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados como provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31/12/2024	Constituição	Atualização	Reversão	30/06/2025
Trabalhistas	9.209	213	593	-	10.015
Cíveis	54.036	9.857	1.980	(43.332)	22.541
Fiscais	469	-	30	-	499
Total	63.714	10.070	2.603	(43.332)	33.055

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31/12/2024	Constituição	Atualização	Reversão	30/06/2025
Trabalhistas	61.265	821	3.940	(213)	65.813
Cíveis	52.387	9.666	3.638	(9.965)	55.726
Fiscais	1.953	-	125	-	2.078
Total	115.605	10.487	7.703	(10.178)	123.617

Processo nº 0110544-77.1999.8.05.0001

Trata-se de embargos à execução opostos por mutuário em face da DESENBAHIA. Referidos embargos tinham por objeto: a nulidade de encargos financeiros; revisão de títulos; reconhecimento de quitação da operação e devolução de eventuais valores pagos a maior.

Os pedidos foram parcialmente acolhidos pelo juízo, razão pelo que - após o trânsito em julgado - a DESENBAHIA foi demandada em 2 (dois) cumprimentos de sentença. No primeiro cumprimento de sentença (referente à honorários sucumbenciais) - após impugnações apresentadas pela DESENBAHIA - logramos diminuir a quantia cobrada de R\$ 31.162 para R\$14.531 (discussão já finalizada). No segundo cumprimento de sentença (referente ao crédito principal) - a DESENBAHIA conseguiu reduzir a postulação de R\$ 66.199 para, no pior cenário, R\$29.761 (neste particular, ainda há discussão, tendo a DESENBAHIA postulado a necessidade de adequação das contas).

Em março de 2025 o referido processo foi objeto de acordo, ensejando na sua extinção e arquivamento. Com esse fato, foi reconhecida perda efetiva no valor de R\$ 27.000, que estava lastreada em provisão constituída no valor de R\$ 39.709.

Processo 0001858-93.1996.805.0001

Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de proferimento de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (que reconheceu a prescrição nos autos da ação de execução nº 0001858-93.1996.8.05.0001). Referida decisão transitou em julgado.

Em que pese não tenha havido estipulação expressa do valor da condenação em honorários sucumbenciais, atualmente a Desenbahia entende como devido o valor de R\$ 2 milhões de reais, valor este que foi depositado judicialmente no cumprimento de sentença de nº 8155312-09.2023.8.05.0001. Este valor ainda não foi levantado pela parte contrária, e o quantum ainda não foi estabelecido de forma definitiva pelo Judiciário.

Em alguns destes processos, a Desenbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no semestre findo em

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

30 de junho de 2025, que se encontram registrados na rubrica “Outros ativos” (nota explicativa nº 9):

Natureza	31/12/2024	(+) Depósitos efetuados	(+) Atualização monetária	(-) Depósitos levantados	30/06/2025
Trabalhistas	6.302	76	248	(13)	6.613
Cíveis	942	239	23	(138)	1.066
Fiscais	14.391	-	483	-	14.874
Total	21.635	315	754	(151)	22.553

22. Benefícios a empregados

(1) Benefícios de curto prazo a empregados

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 16.

(2) Planos de contribuição definida

A Desenhahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenhahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenhahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- **De janeiro de 2000 até dezembro de 2004:** até 12% da remuneração do participante;
- **A partir de janeiro de 2005:** até 10% da remuneração do participante.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, as contribuições da Desenhahia para esse plano totalizaram o montante de R\$1.276.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

23. Seguros

Em 30 de junho de 2025, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 38.061, considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenhahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

24. Gerenciamento de riscos e Análise de Sensibilidade

A Desenhahia adota um modelo integrado de gestão de riscos, seguindo as regulamentações do CMN e Banco Central, com suporte de políticas internas. O Gerenciamento de Riscos visa identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos, incluindo crédito, concentração, liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, com a Resolução CMN nº 4.557, a Desenhahia reformulou sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital, integrando-se à gestão de Compliance (Resolução CMN nº 4.595), refletido nas políticas, diretrizes e governança corporativa.

25.1. Risco de crédito

A Desenhahia gerencia o risco de crédito, avaliando e monitorando a carteira de empréstimos. Utiliza modelos confiáveis, alinhados a regulamentações como as Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 4.966/21. A análise inclui taxa de inadimplência, índices de provisão e concentração por diversos critérios. No primeiro semestre de 2025, a inadimplência foi de 5,62%, superior ao segundo semestre de 2024 (2,87%). As exposições ao risco são refletidas no valor das exposições pelo fator de risco - RWACPAD.

25.2. Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição incluem o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A Desenhahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWAOPAD.

25.2.1. Análise de sensibilidade

A Desenhahia, conforme Resolução BCB nº 2/2020, realizou análise de sensibilidade em três cenários alinhados com suas políticas de risco:

▪ Otimista: aumento de 5% na concessão de financiamento, melhoria na qualidade do crédito em 5%, aumento de 1,0% nos rendimentos de TVM, redução de 5% nas despesas com contingências e aumento de 5% nas receitas com taxas de administração de fundos.

▪ Pessimista: redução de 5% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 5%, redução de 1,0% nos rendimentos de TVM, aumento de 5% nas despesas com contingências e redução de 5% nas receitas com taxas de administração de fundos.

▪ Pessimista+: redução de 10% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 10%, redução de 1,5% nos rendimentos de TVM, aumento de 10% nas despesas com contingências e redução de 10% nas receitas com taxas de administração de fundos.

O impacto da oscilação de cada rubrica no lucro líquido previsto para o exercício, em cada cenário previsto, está evidenciado na tabela abaixo:

Rubricas	Efeito no lucro líquido		
	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Rendimento TVM	+2.686	0	-4.029
Concessão de crédito	+626	-626	-1.251
Despesa com perdas esperadas	+582	-29	-1.131
Despesa com contingência	+2.445	-122	-4.756
Receb. de taxas com adm de fundos	+971	-49	-1.986

Obs.: Lucro líquido previsto no cenário base: R\$ 38.375 mil.

25.3. Risco de mercado

A Desenhahia gerencia o risco de mercado para otimizar resultados. Desde 2022, utiliza o índice IRRBB para avaliar a exposição ao risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018.

A perda máxima esperada no segundo semestre de 2024 foi de R\$ 19,7 milhões, representando 3,46% do patrimônio de referência menos o destaque de capital (R\$ 529,6 milhões), abaixo do limite estabelecido pela Agência (10%). A Desenhahia, sem operações na carteira de negociação, não calcula RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

25.4. Risco de liquidez

A Desenhahia adota política de liquidez conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez é gerenciado controlando disponibilidades, monitorando previsões de recursos e mantendo Reserva de Liquidez, composta por Reserva Obrigatória e Contingencial.

25.5. Riscos social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), em vigor desde 2014, foi aprimorada para atender aos novos requisitos da Resolução CMN nº 4.943/2021, incorporando agora o risco climático. Assim, foi estabelecida a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Em 2024, a Desenhahia implantou um novo sistema de reporte dos riscos sociais, ambientais e climáticos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC). Este reporte aprimora a avaliação e monitoramento dos impactos das operações da instituição, alinhando-se às normativas do Banco Central do Brasil.

25.6. Gerenciamento de capital

A Desenhahia segue a política de gerenciamento de capital conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. O objetivo é manter o capital alinhado às atividades e riscos da Agência, em conformidade com as regulamentações, avaliando Patrimônio de Referência (PR) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025
Parcela RWA OPAD	130.558
Parcela RWA CPAD	633.226
Ativos ponderados pelo risco - RWA	763.784
Patrimônio de referência nível I - PR_I	829.666
Capital principal	829.666
Capital complementar	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-
Patrimônio de referência - PR	829.666
Excesso de recursos aplicados no permanente	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (I)	829.666
Capital destacados para operações setor público (II)	300.000
PR para comparação ao RWA (III) = (I)-(II)	529.666
PR mínimo exigido para o RWA (IV) (*)	-
Parcela RBAN (V)	18.336
PR mínimo requerido para o RWA e o RBAN (VI)=(IV)+(V)	79.439
Margem / Insuficiência (III-VI)	450.228
Índice de Basiléia (PR/RWA)	69,35%

25. Outros Assuntos

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa. Saliente-se ainda que foi celebrado o Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2010, a fim de equacionar divergências referentes à execução contratual e reduzir despesas do erário, com base num estudo técnico realizado para atender o pleito do Tribunal de Contas do Estado.

Dentre os recursos apresentados, foram opostos Embargos de Declaração pelo procurador da pessoa jurídica integrante da concessionária que se insurgiu contra a decisão do TCE que o considerou Controlador da Sociedade de Propósitos Específicos, fato que ensejaria a sua responsabilidade. No entanto, sustentou o Embargante que a Controladora seria a própria pessoa jurídica, chamando atenção para a sua condição de mero procurador.

No julgamento, pautado para 16 de novembro de 2023, os Embargos foram conhecidos e, no mérito, acolhidos em parte, apenas para retificar a legitimidade dos Intervenientes Anuentes do Contrato de Parceria Público Privada, acolhendo os argumentos ventilados nos Embargos de Declaração ao aduzir que “não se deve confundir as pessoas jurídicas integrantes da concessionária com as pessoas físicas dos seus representantes, mantendo-se nos demais termos a Resolução n° 000028/2016”.

Vale esclarecer que a Desenhahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual n° 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenhahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenhahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenhahia, as determinações constantes da Resolução n° 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenhahia.

26. Eventos Subsequentes

Em 15 de setembro de 2025 foi realizada nesta agência Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que deliberou pelo aumento de capital social da Desenhahia em R\$ 22.346, oriundos de retenção juros sobre capital próprio constituídos no exercício de 2024, elevando de R\$ 641.885 para 664.231.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Batista Aslan Ribeiro

Conselheiros

Alexandre Carvalho Baroni

Antônio Félix Macêdo Mascarenhas

Marcelo Borges Weckerle

Paulo de Oliveira Costa

Pedro César Gaspar Dórea

Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

DIRETORIA

Diretor Presidente

Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Agenor Martinelli Braga

Diretor de Administração e Finanças

Fábio Serravalle Franco

Diretor de Operações

Marko Svec Silva

Marcelo Borges Weckerle

Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôres

Contador - CRC-Ba 24.277/O-0

Comitê de Auditoria Estatutário - CAE

Vitor Lopes
Zenor Neto
Pedro Scavuzzi

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) – Desenbahia Primeiro semestre do exercício de 2025

1. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutária - CAE acompanha tanto a execução dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna na Desenhahia, como também tem o papel de supervisionar as demonstrações financeiro-contábeis da companhia e dialogar com os auditores externos sobre os seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da Desenhahia.

Compete ao CAE, entre outras atribuições, recomendar à administração a contratação e substituição da empresa de auditoria externa, caso considere necessário; revisar, previamente a publicação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar o cumprimento, pela administração da Desenhahia, das recomendações feitas pelos auditores independente e interno; avaliar e monitorar a exposição de riscos da empresa; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e divulgadas da Desenhahia.

Conforme o Art. 15 da Resolução BACEN/CMN Nº 4.910/2021, a apreciação pelo Comitê de auditoria em relação as demonstrações contábeis devem considerar:

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;
 - II - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;
 - III - descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;
 - IV - descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;
 - V - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e com evidenciação das deficiências detectadas;
 - VI - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e
 - VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas (Grifo Nosso).
- § 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.
- § 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento (Grifo Nosso).

O CAE tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração (CAD) da Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. no monitoramento e acompanhamento do processo da auditoria interna. Esta, por sua vez, está subordinada ao CAE e ao CAD, pelo que lhes atribui a dimensão necessária para atuar na verificação dos controles internos e contribuir na mitigação de erros e problemas que podem afetar a tomada de decisão e fragilizar os controles internos.

Ademais, dado a sua natureza de assessoramento, bem como as atribuições de acompanhamento das atividades, tem como papel garantir o pleno cumprimento dos dispositivos legais e normativos internos e externos, pelo que se espera que contribua na

robustez do controle interno da entidade. Assim, destaca-se que as atribuições previstas para o CAE estão definidas no Art. 49 do Estatuto Social da Desenhahia.

Nesse diapasão, atuando nesse papel o CAE apreciou o Relatório das atividades de auditoria interna, bem como o parecer da auditoria independente e as demonstrações contábeis, as quais deverão estar contempladas no relatório de administração da companhia, conforme preconiza o Estatuto Social da Desenhahia (<https://www.desenhahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/estatuto-social-31-01-2022-sem-dados-pessoais.pdf>), bem como, o manual da organização (<https://www.desenhahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/mor-site-09-08-2021.pdf>).

Ao longo do primeiro semestre de 2025 foram realizadas 3 reuniões do CAE, com a participação de membros independentes, conforme norma do Banco Central, além de diálogos in loco e por telefone e e-mails com as áreas de contabilidade, *compliance* e auditoria interna da companhia.

O CAE é composto por membros, eleitos pelo Conselho de Administração (CAD). E suas atribuições encontram-se formalizadas no Estatuto Social da Desenhahia, conforme já exposto, em consonância com as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016 e a Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021. O comitê é composto pelos membros a seguir, que atuaram durante o período supracitado, conforme planejamento previsto para o exercício de 2024, cujos nomes estão no Quadro 1.

Quadro 1: Composição do CAE - Desenhahia

Membros	Participação das reuniões no período
Vitor Lopes	3/3
Pedro Scavuzzi	3/3
Zenor Neto	3/3

No período, o CAE discutiu com a auditoria interna sobre o escopo das suas atividades e o plano de auditoria que vem sendo implementado em 2025.

Em face do exposto, esse relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo CAE no primeiro semestre de 2025.

2. RESULTADOS

2.1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao longo do primeiro semestre de 2025 foram realizadas as seguintes atividades e ações:

- (i) Análise do Relatório da Auditoria Interna de 2024;
- (ii) Apreciação das Demonstrações Financeiras da Desenhahia e Relatórios da Auditoria Independente, referentes ao ano de 2024;
- (iii) Relatório de Atividades do CAE 2024.2.

2.2. A AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS

O CAE vem mantendo contato, constantemente, com a auditoria interna da Desenhahia, a fim de acompanhar as atividades desta em relação aos testes de controle interno, com a finalidade de manter a integridade e qualidade dos controles e processos organizacionais, conforme legislação e dispositivos legais vigentes.

Por fim, destaca-se que as atividades da auditoria interna da Desenhahia foram executadas observando para tanto as legislações emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como conforme a Resolução CMN Nº 4.879/2020, trazendo assim elementos robustos que podem ser utilizados pela alta gestão para implementar melhorias de controles e sistemas que mitiguem riscos que possam afetar às atividades da companhia.

Salvador (BA), 16 setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **VITOR CESAR RIBEIRO LOPES**
Data: 06/10/2025 14:01:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vitor Lopes
Coordenador CAE

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO RICARDO MORAIS SCAVUZZI DE CARVAL**
Data: 07/10/2025 22:25:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro Scavuzzi
Membro Titular

ZENOR DAS VIRGENS SILVA
NETO:54674662591
Assinado de forma digital por ZENOR DAS VIRGENS SILVA
NETO:54674662591
Dados: 2025.10.06 16:37:49 -03'00'

Zenor Neto
Membro Titular



Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, verificaram a regularidade de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da Russell Bedford GM – Auditores Independentes S/S, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 19 de novembro de 2025.

JOSÉ ATÍLIO CARDOSO FILARDI
Presidente

RANIERI MURICY BARRETO

TATIANE CEZAR PEREIRA

RICARDO JOSÉ COSTA VILLAÇA

LEONARDO DE SOUZA REIS